

A construção interrompida: os limites atuais a consecução de um projeto nacional de desenvolvimento

Autores: **Juliane Furno** é doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp e é mestre em Desenvolvimento Econômico pela mesma instituição. É bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **Iriana Cadó** é mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. É bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Anhembi Morumbi de São Paulo e em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir o processo de desenvolvimento econômico do Brasil a luz da vasta e importante contribuição intelectual do economista Celso Furtado. A ideia é olhar para o processo histórico do desenvolvimento econômico brasileiro sob a luz do arcabouço bibliográfico do autor. Nesse sentido, o artigo analisa as especificidades que circunscreve a condição de subdesenvolvimento do país, apontando quais seriam as formas de superação, segundo a avaliação de Celso Furtado. Depois, resgata-se as críticas feitas por ele ao modelo de industrialização brasileira. E, por fim, traz à tona o debate feito por Celso Furtado sobre as possibilidades desenvolvimento nacional, sob a reorientação econômica global pós- 1980.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Celso Furtado; Subdesenvolvimento; Economia Brasileira.

JEC: 011, 020, 054.

Abstract

This article aims to discuss Brazil's economic development process in light of the vast and important intellectual contribution of economist Celso Furtado. The idea is to look at the historical process of Brazilian economic development in light of the author's bibliographical framework. In this sense, the article analyzes the specifics that circumscribe the country's underdevelopment condition, pointing out what would be ways to overcome it, according to Celso Furtado's assessment. Then, the criticisms made by him to the Brazilian industrialization model are recalled. And finally, he brings to light Celso Furtado's debate on the possibilities of national development under the post-1980 global economic reorientation.

Keywords: Economic Development; Celso Furtado; Underdevelopment; Brazilian Economy.

Introdução

Celso Furtado é considerado um dos maiores intérpretes do Brasil do século XX, reunindo uma vasta obra teórica embalada em distintas experiências de pesquisa aplicada e atuação institucional. Um teórico que não se furtou a assunção dos mais elevados desafios públicos, inserindo-se no debate nacional como um intelectual que não se resignou aos ditames teóricos, mas que também logrou participação objetiva e assídua nos rumos políticos do desenvolvimento nacional.

O autor foi dotado de uma capacidade exuberante de reflexão sobre o passado, o presente e as projeções para o futuro. Isso fomentou a particularidade de ter constituído uma vasta obra que dialogava com o seu tempo histórico. Desta feita, em função da sua acelerada produção teórica, é possível identificar “fases” na obra do autor, que se coadunam com as próprias fases do desenvolvimento nacional brasileiro, reafirmando essa capacidade de refletir sobre elementos conjunturais – sem desmerecer análise de longa duração.

A primeira fase do presente autor é marcada por um entusiasmo típico do conjunto de intelectuais que fundaram e concederam grande relevância à CEPAL. As principais premissas da instituição – fortemente influenciadas pelo seu principal expoente, Raul Prebisch – foram inovadoras¹ na contestação à premissa, supostamente neutra, da teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo. Coube a Cepal a popularização do conceito acerca da tendência aos desequilíbrios estruturais dos termos de troca ou termos de intercâmbio, revelando os desígnios malfadados daqueles países que se inseriram na divisão internacional do trabalho como meros exportadores de bens primários. A denúncia e o anúncio do conjunto dos cepalinos era categórica: a única forma de romper com o ciclo de reprodução do subdesenvolvimento que condena os países periféricos à transferência de valor ao centro, era mediante um processo autônomo e irreversível de industrialização. Nessa fase encontram-se importantes obras de Celso Furtado, tais como “A economia brasileira” (1954); “Uma economia dependente” (1956); “Formação Econômica do Brasil” (1959) e “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” (1961).

O entusiasmo com a industrialização como condição suficiente para lograr os pilares de uma sociedade plenamente desenvolvida, vai cedendo espaço para um Celso Furtado mais voltado à crítica a maneira que esse conjunto de transformações industriais que – mesmo importantes e necessárias – foram levados adiante. Sem a

¹ Em que pese já haver sido objeto de outras reflexões, tais como em Kalecki e Trotsky, a ideia do desenvolvimento desigual assumindo as premissas da relação subdesenvolvimento e desenvolvimento, em grande medida influenciada pelas trocas desiguais, é uma afirmação inovadora da CEPAL e que atingiu o conjunto da intelectualidade latino-americana.



complementaridade das reformas estruturais capazes de modificar o perfil da demanda, diversificar a estrutura de oferta e elevar a taxa doméstica de acumulação.

Nesse ínterim, Celso Furtado tornou-se um expoente de crítica ao modelo de desenvolvimento conservador que não foi capaz de romper as barreiras do subdesenvolvimento, caracterizado pela permanência de fortes desequilíbrios regionais, concentração de renda, vulnerabilidade externa e manutenção da heterogeneidade estrutural.

Por fim, a última fase de Celso Furtado revela um intelectual mais crítico e pessimista, e ela se coaduna com um conjunto de transformações nacionais e internacionais em que “o processo de formação do sistema econômico já não se inscreve, naturalmente, no nosso destino nacional”. (FURTADO, 1992, p. 13). Fazendo alusão ao período em que esse considera que nossa construção foi interrompida.

Dessa feita, o presente artigo busca retomar as principais concepções que tange à importância da industrialização para a superação do subdesenvolvimento, a prerrogativa do Estado como coordenador do sistema nacional, a crítica à industrialização periférica e a nova distância que nos mantém cada vez mais apartados do centro e das condições de edificação de um autêntico processo de desenvolvimento nacional, a partir da crise dos anos 1980 e da reordenação internacional e da nova fase de acumulação neoliberal.

O artigo em questão é composto por cinco partes, além desta breve introdução. Na primeira seção retomamos o conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento em Celso Furtado, buscando apreender os mecanismos históricos que fazem desses dois corolários uma posição estrutural, contrariando a aceção corriqueira que os associava a meras etapas sucessivas de desenvolvimento endógeno. A segunda seção discorre sobre a importância da industrialização para superar a dependência e a vulnerabilidade brasileira aos ciclos das commodities e o papel relegado ao Estado Nacional como coordenador e ordenar do desenvolvimento nacional. A terceira parte discute a crítica de Furtado a industrialização brasileira substitutiva de importações e os principais motivos elencados pelo autor que permitiram a diferenciação da produção industrial concomitantemente à reprodução do subdesenvolvimento, concedendo atenção especial ao papel desempenhado pela não edificação as reformas estruturais. Por fim, apontamos a análise da última fase de Celso Furtado, destacando os novos obstáculos à consecução de um projeto nacional de desenvolvimento, e a superação do subdesenvolvimento reafirmando o novo cenário internacional de constrangimentos à soberania dos Estados Nacionais e de reordenação da acumulação mundial, na fase neoliberal. O artigo finda-se com as considerações finais.



1. Desenvolvimento e subdesenvolvimento: uma conexão estrutural

Uma das principais contribuições teórico-políticas da CEPAL foi conceber a relação desenvolvimento e subdesenvolvimento como “relacionais”. Ou seja, avançando na caracterização de que as mesmas não ocorrem de forma autônoma uma da outra, pelo contrário, estão em permanente relação e interação. Além disso, coube aos cepalinos a reafirmação de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são etapas históricas, das quais o conjunto dos países irão percorrer com base unicamente no seu desenvolvimento interno. Os países desenvolvidos não evoluíram do subdesenvolvimento. A acumulação primitiva de capital, que foi condição necessária a transição do capital mercantil para o industrial, não foi um fenômeno generalizado internacionalmente. Dessa forma se compreende que o subdesenvolvimento não é um estágio, uma condição momentânea, e sim uma posição estrutural, que envolve uma série de características que, se não rompidas com radicalidade, tendem a serem produzidas e reproduzidas eternamente.

Para Furtado “o que cria a diferença fundamental e dá origem à linha entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade” (FURTADO, 1974, p. 26). O excedente gerado nas economias centrais que se industrializaram foi aplicado em processos de geração de progresso técnico que tinham como objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a diversificação da estrutura de oferta.

Dessa forma, o excedente gerado nessas economias gerais – em decorrência do progresso técnico e da elevação da produtividade – foi reinserido nas mesmas economias nacionais, gerando um processo em que a diferenciação no padrão de consumo dessas sociedades caminhava de forma subordinada a capacidade de diversificação da oferta. Essas sociedades desenvolvidas lograram a criação de uma sociedade com mais homogeneização social, que “(...) não se refere a uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais” (FURTADO, 1992, p. 38).

Diferentemente, nas economias caracterizadas como subdesenvolvidas, a geração de excedente serviu para reproduzir as características do subdesenvolvimento na medida em que não foram reintroduzidos na economia nacional, senão que serviram para o aumento das importações mediante a diversificação do consumo conspícuo e mimetizado das elites nacionais. Para Furtado, “a teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de situações em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem elevação do nível de vida média da população” (FURTADO, 1992, p. 40)



O conceito de Centro - Periferia advém dessa mesma abordagem conceitual, e foi utilizado por alguns autores da Cepal para “descrever o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e para explicar a distribuição dos seus ganhos” (BIELSCHOWSKY, 2004, p.16). Com isso, “Centro” ou países “desenvolvidos” - com uma conceituação análoga - tiveram como origem histórica um processo acelerado de desenvolvimento dos setores industriais, que elevou simultaneamente a produtividade de todos os setores e engendrou um processo de internalização da geração de progresso técnico. O excedente gerado por essas economias centrais, promoveu uma socialização desigual dos resultados do progresso tecnológico em escala global, o que deu origem a estruturas sociais menos desiguais e com acesso relativamente universalizado aos ganhos da evolução material engendrado por essas sociedades. (FURTADO, 1968).

Ou seja, nos países desenvolvidos, a demanda caminhou em direção conjunta com o progresso técnico – as descobertas tecnológicas – e a expansão da riqueza. Isso gerou um processo relativamente harmonioso no qual o consumo dessas sociedades se integrava ao processo produtivo em curso, sem descontinuidades no que a sociedade consumia e no que era atendido pela sua própria estrutura produtiva.

Os padrões de consumo nos países caracterizados de subdesenvolvimento, por outro lado, são marcados por uma ruptura entre consumo e produção. Podemos dizer que a nossa demanda de consumo é relativamente independente do nosso sistema produtivo, quando não contrária. Ele, frequentemente, é atendido por importação, o que exige, por outro lado, expansão das exportações, reafirmando a lógica de uma economia voltada para fora. A geração de progresso técnico e as técnicas produtivas chegadas aos países subdesenvolvidos guiadas pela demanda mimetizada das camadas mais abastadas da sociedade ditam o ritmo de incorporação do desenvolvimento produtivo do país que, não somente não respondem às nossas necessidades de consumo do conjunto da população, como criam descontinuidade e inaptações substanciais, como a importação de tecnologias intensivas em capital em detrimento da mão de obra.

Celso Furtado é caudatário e partícipe do pensamento estruturalista cepalino que rompia com parte do pensamento dominante que apartava a análise econômica do contexto histórico. Segundo Furtado (1992) não indagar-se sob a especificidade histórica do subdesenvolvimento e seus mecanismos de reprodução, pode cegar o pesquisador às particularidades de um padrão de desenvolvimento² que não irá se

² Caio Prado Júnior tratou também desta questão, para o autor: “a teoria ortodoxa do desenvolvimento parte de uma situação estática, uma abstrata sociedade tradicional, semelhante em toda a parte (PRADO JR, 1978, p. 26).



generalizar por força das condições do acaso. Dessa feita, compreender a historicidade e a particularidade da formação de nações capitalistas que são originadas já na casa de capitalismo monopolista, é uma chave necessária para a avaliação da estrutura econômica.

Dessa forma, na divisão internacional, na qual figuramos na periferia, nos foi relegado o papel de suprir com alimentos e matérias primas a preços baixos o progresso técnico dos países centrais. Dessa forma, pela lógica das “vantagens comparativas” o setor exportador figurou como uma “ilha de alta produtividade” gerando um forte contraste e afirmando uma das categorias do subdesenvolvido – a heterogeneidade estrutural – entre o setor destinado à exportação e as demais estruturas produtivas. (BIELSCHOWSKY, 2004).

Nos países em que as vantagens comparativas assumem a forma de especialização na exportação de produtos primários (particularmente os produtos agrícolas) o excedente adicional assume a forma de um incremento das importações. Como a especialização não requer nenhuma modificação nos métodos produtivos e a acumulação se realiza com recursos locais, o incremento da capacidade para importar é principalmente utilizado para adquirir bem de consumo. Dessa forma é pelo lado da demanda de bens finais de consumo que esses países se inserem mais profundamente na civilização industrial. (FURTADO, 1974, p. 27).

Para Furtado, os países subdesenvolvidos percorrem o caminho inverso do desenvolvimento, qual seja: acumulação de capital que dá origem a inversão em maquinários que sob o avanço do progresso técnico levam ao aumento da produtividade do trabalho. Esse excedente gerado do processo de trabalho cria uma maior e distinta estrutura de oferta, que passa a proporcionar condições de suprir a diferenciação da demanda por consumo. O que vimos nas economias subdesenvolvidas é que é a demanda diferenciada por consumo que inaugura a fase dos ciclos produtivos. Segundo Furtado, “Não é a evolução do sistema produtivo que conforma e molda a demanda final, é esta última que comanda o processo de transformação do sistema de produção (...) as novas atividades orientam-se pela demanda final, como um edifício que se constrói de cima pra baixo (FURTADO, 1980, p. 127). Para o autor

A evolução do sistema capitalista no último quarto de século, caracterizou-se por um processo de homogeneização e integração do centro, um distanciamento crescente entre o centro e a periferia e uma ampliação considerável do fosso que, dentro da periferia, separa uma minoria privilegiada e as grandes massas da população. (FURTADO, 1974, p. 46).

Dessa forma, o subdesenvolvimento – pelo contrário – compreende um processo histórico no qual a difusão e a assimilação do progresso técnico ocorrem de forma muito mais lenta e desigual, e no qual os frutos do progresso e o aumento

da produtividade do trabalho conduziram a uma trajetória de desigualdade e de heterogeneidade estrutural (no nível da produção) e social (no nível do trabalho e as relações sociais). Assim,

Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo de produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional de forma de apropriação desse excedente) e o processo de circulação (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais conjuntamente engendra a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes. (FURTADO, 1974, p. 80).

As economias subdesenvolvidas utilizaram o excedente gerado de renda interna e proveniente da exportação de matérias primas para diferenciar o consumo das elites nacionais, ou invés de inverter no desenvolvimento de tecnologias e estímulo de setores de maior valor agregado. Assim, ao invés do aumento da disponibilidade de recursos internos conduzir à homogeneização social e ao suprimento das necessidades básicas do povo brasileiro, ele foi apropriado por uma pequena elite que – mediante a capacidade para importar gerada pelo aumento das exportações – imitaram ou mimetizaram o padrão de consumo das altas classes sociais dos países desenvolvidos.

2. Industrialização e o papel do Estado nacional

O diagnóstico de que a inserção das economias periféricas no comércio internacional, mediante – fundamentalmente - a exportação de primários, permitiu identificar dois pressupostos. O primeiro deles é que existe uma tendência ao intercâmbio desigual nos termos de troca. Assim, contestando a prerrogativa de que os países subdesenvolvidos deveriam centrar esforços no setor em que eles são deveras competitivos, a saber: o setor primário. A ideia era de que esse processo, no tempo, levava a transferência sistemática de recursos do centro para a periferia. Nas economias centrais, para Furtado (1967), o desenvolvimento industrial, aliado ao progresso tecnológico foi permitindo a obtenção de grandes economias de escalas, assim, os preços relativos das mercadorias caíam nos países no centro, no entanto, eram vendidos – aos periféricos, a preços reais crescentes. Já os produtos primários, que via de regra não se beneficiam de economias de escalas nem de agregação de valor, eram vendidos ao centro a preços reais declinantes. Isso em momentos de normalidade econômica. Nos períodos de crise, as trocas desiguais se agravavam pela queda da demanda dos países centrais, o que restringia à capacidade de exportar dos países dependentes.

A especialização produtiva dos produtos primários aliado ao livre comércio ocasionou outras limitações aos países subdesenvolvidos - além da deterioração dos termos de intercâmbio e a vulnerabilidade aos ciclos econômicos – uma tendência



de desemprego estrutural e o permanente desequilíbrio no balanço de pagamentos nacional, que vão condicionar as dinâmicas inflacionárias da economia brasileira. (BIELSCHOWSKY, 2004).

O segundo pressuposto do diagnóstico inicial da CEPAL, era o de que romper com esse ciclo apenas era possível mediante a industrialização nacional. Furtado (1967) afirmava que a industrialização era a única forma de romper com a lógica da perpetuação das trocas desiguais e de incorporar o progresso técnico gerado no centro, dotando o setor econômico nacional das externalidades positivas associadas à indústria. Para Prebisch (2000) a indústria é o setor com maior capacidade de geração de sinergia na economia, principalmente se comparada à produção de bens primários, pelo seu encadeamento para trás e para frente, possibilitando – a partir dela – o desenvolvimento de novos setores que operam nas suas externalidades, como comércio, serviços entre outros.

Para Furtado (1985) industrializar significava um meio seguro de não somente superar a pobreza e a condição de subdesenvolvimento, senão que também contribuiria para a redução do fosso entre os países do centro e da periferia – cada vez mais alargado – além da possibilidade de quebrar os elos de dependência política e econômica, bem como o avanço para uma lógica de desenvolvimento econômico autossustentado. Segundo o autor “não se poderá recusar a conclusão de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos assumirá, necessariamente, a forma de rápida industrialização” (FURTADO, 1967, p. 212).

Para Furtado (2007) a industrialização teria como impacto a capacidade de promover a aceleração na geração de emprego e, com isso, aquecer o mercado interno e dotar a economia de fontes de manutenção do crescimento no longo prazo. Além de transformações estruturais no padrão de oferta, a industrialização também era necessária visando a superação de outros dois limitantes do desenvolvimento, a inflação – que poderia ser dirimida pela melhor relação entre oferta e demanda - e a vulnerabilidade externa marcada por desequilíbrios persistentes no balanço de pagamento – a qual seria desafogada pela menor necessidade de importação. Para isso, o autor apontava para a importância do planejamento e da atuação Estatal na materialização da industrialização no país.

Para que cumprisse seu desígnio histórico, entretanto, o desenvolvimento industrial não poderia ficar submetido às livres forças de mercado. Para Celso Furtado, “Em nenhuma parte essa passagem [para o desenvolvimento] ocorreu no quadro do *laissez-faire*: foi sempre o resultado de uma política deliberadamente concebida com esse fim.” (FURTADO, 1962, p. 25).

O que responde pela baixa taxa de crescimento de um país subdesenvolvido é menos o volume do investimento do que a inadequada orientação deste. **É por esta razão que os adeptos do *laissez-faire* nos parecem tão fora da realidade em um país como o nosso, particularmente nas regiões mais pobres. Nestas últimas o *laissez-***



faire significa, simplesmente, a perpetuação da miséria. Os recursos disponíveis para investimento são colocados em residências de luxo, em clubes suntuosos, ou são exportados. Tais investimentos não criam emprego permanente para a população e, portanto, em nada contribuem para mudar a estrutura econômica. (FURTADO, 1962, p. 88. Grifos nossos).

Para tal fim, portanto, Furtado aponta que a geração de incremento de renda local, seja a advinda da atividade mercantil-exportadora ou industrial, necessita estar submetida ao controle do Estado, que deve ter como prerrogativa a orientação do gasto público no sentido de satisfazer as necessidades primeira da população aqui residente.

Furtado era um entusiasta do planejamento Estado, e compreendia que o capital privado era incapaz de alocar recursos em setores de alto risco e maturação do investimento de longo prazo. Se deixado esse papel às livres forças de mercado, a renda gerada na economia brasileira não servirá como possibilidade de transformação da nossa condição de pobreza e desigualdade. Além disso, a não subordinação da renda nacional aos desígnios de um projeto integrado de país levado a cabo pela ação do Estado, levará a "(...) agravação dos equilíbrios regionais como uma consequência de falta de política nacional de desenvolvimento" (FURTADO, 1962, p. 103).

3. Uma industrialização que não cumpriu o seu desígnio

Celso Furtado catalogou com precisão o conjunto de transformações estruturais pela qual passou a economia brasileira durante o seu período industrialista. Segundo o autor, "os decênios caracterizados pelas décadas de 1930 a 1960 passarão para história do Brasil como etapas decisivas de desagregação da economia colonial e de luta pela conquista de novos caminhos de acesso ao desenvolvimento econômico" (FURTADO, 1962, p. 64). Ou seja, ele não relativizou, a importância que a industrialização brasileira desempenhou no processo de transformações estruturais, principalmente na desagregação da sociedade agrária de características coloniais primário-exportadora.

A principal crítica do autor se baseia nos impulsos aos quais a industrialização esteve submetida no país, ou seja, uma industrialização que se colocou a reboque do atendimento da satisfação da demanda da elite nacional. Para o autor, não era a evolução do sistema produtivo que incrementava um sistema de oferta que moldava a condições de diferenciação da demanda, mas era é esta última que ditava o processo produtivo (FURTADO, 1980). Um processo típico de economias subdesenvolvidas.

Em síntese, para o autor "caminhamos, assim, para uma situação de *sobreinvestimento* em inúmeros setores industriais, particularmente em indústrias



de menor essencialidade, enquanto os investimentos nos setores básicos se desenvolviam de forma totalmente insuficiente.” (FURTADO, 1962, p. 66).

O subdesenvolvimento tende a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um processo muito mais amplo de acumulação de capital. Na prática essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresa dos países cêntricos, o **que reforça a tendência para reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média.** Daí resulta o conhecimento síndrome de tendência à concentração da renda tão familiar a todos os que estudam a industrialização dos países subdesenvolvidos. (FURTADO, 1992, p. 28. Grifos nossos).

Nesse sentido, a inadequação da oferta interna com a demanda gerou uma ilha de alta produtividade, que produziam bens para as altas rendas, e um imenso contingente de trabalhadores submetidos ao labor em setores de baixo valor adicionado e até pré-capitalista. A isso o autor denominou de “Heterogeneidade Estrutural”, como uma marca das nações subdesenvolvidas. Para Furtado (1974) nesses moldes, a industrialização só poderia desenvolver-se concentrando renda, para que as elites nacionais pudessem mimetizar o padrão de consumo das elites dos países centrais. Levando em consideração a baixa poupança interna, a concentração extremada da renda não era um efeito colateral e sim a única forma, por excelência, que teriam que se desenvolver as economias subdesenvolvidas.

Assim, foi plenamente possível uma industrialização que ao invés de elevar à homogeneidade social, contribuiu para o reforço à continuidade do trabalho em setores pré-capitalista, aprofundando a dualidade arcaico/moderno. Essa lógica desafiava a teoria que apontava haver uma tendência natural de supressão ou redução dos setores mais arcaicos da sociedade na medida em que se avançava na industrialização. Isso tampouco foi um erro de percurso, essa é a lógica própria da industrialização na periferia do capitalismo: a da manutenção do sub-emprego e de um excedente estrutural de mão de obra capaz de pressionar os salários permanentemente para baixo e aumentar ainda mais a taxa de mais valia do capital.

Além disso, o padrão de industrialização - prioritariamente após a década de 1950 - foi feito com a importação de tecnologias descompassadas com os níveis dos fatores do país. Transplantando para o Brasil um padrão de produção, concebido no centro, com tecnologia intensiva em capital e minimizadora de capital variável. Assim, constituímos um padrão de industrialização com características desproporcionais aos fatores aqui disponíveis, a saber, vasta oferta de mão de obra e menos recursos de capital.

Dessa forma, além de reafirmar a dualidade estrutural, agudizou-se a questão social. A alta disponibilidade de mão de obra pressionava os salários para baixo, contribuindo para agravar a concentração da renda. Salários mais baixos se

constituem como um entrave a propensão marginal a consumir, enfraquecendo o potencial do nosso mercado interno. A desigualdade social e a pobreza são gargalos para desenvolvimento econômico e tecnológico, que, por conseguinte, freiam o avanço da produtividade, o que perpetua um mercado de trabalho estruturalmente precário, que reforça as condições do subdesenvolvimento. O ciclo da pobreza é, para o autor, “uma das características do desenvolvimento das economias dualistas, isto é, das economias em que persiste um excedente estrutural de mão-de-obra e a concentração da renda” (FURTADO, 1967, p. 218)

Em síntese, para Furtado (1968) para que o crescimento econômico se forjasse em desenvolvimento, a ação estatal deveria se concentrar em dois pontos principais: a) a transformação da estrutura econômica, com papel decisivo da coordenação do investimento via planejamento estatal e; b) na modificação do perfil da demanda global, que deveria ser submetida a um controle estatal para a neutralização tendência de vazamento da riqueza nacional para o exterior e de estrangulamento na capacidade para importar.

Sobre o balanço do período industrialista brasileiro, Furtado afirmava que “o desenvolvimento dos últimos três decênios foi simples decorrência da atuação de forças profundas da economia, sem que o acesso aos novos caminhos haja sido facilitado por uma autêntica política de desenvolvimento.” (FURTADO, 1962, p. 67). A crítica ao modelo de reprodução do subdesenvolvimento e sua tendência concentradora de renda e de desequilíbrios regionais não deu lugar a uma descrença com relação a importância da diversificação industrial e ao desenvolvimento da acumulação visando mudanças estruturais. Para o autor, os limites ao desenvolvimento nacional não estavam ensejados na opção - correta - pela industrialização e sim, pelo fato desse processo não ter caminhado *pari passu* com a consecução de um projeto nacional de desenvolvimento, concedendo centralidade as chamadas reformas estruturais (FURTADO, 1962).

Para avançar nesse debate, Celso Furtado toma como exemplo o processo de industrialização tardia das economias de Taiwan e da Coreia do Sul. Ao contrário do que prega uma análise superficial, essas economias não se desenvolveram, apenas, porque internalizaram o progresso técnico ou porque se industrializaram. A preocupação com os aspectos sociais foi elencada como primeiro plano.

Assim, em uma primeira fase, tanto na Coreia do Sul como Taiwan a preocupação com o social prevaleceu, procedendo-se a uma reforma agrária que possibilitou a plena utilização dos solos aráveis e da água de irrigação, a fixação de parte da população no campo e uma distribuição o mais possível igualitária do produto da terra. (...) Assim uma primeira fase orientada para a consecução da homogeneização social (reforma agrária e investimento educacional) foi sucedida por outro, em que o governo orientou a formação de capital produtivo de forma a obter incrementos de produtividade. Até 1960, a preocupação maior não foi com a acumulação, e sim com a homogeneização social. (FURTADO, 1992, p.50 e 51).



Assim, no Brasil, deveríamos trilhar um caminho conjunto entre o avanço da industrialização com a emergência das reformas sociais necessárias para romper com alguns pilares que são sustentáculos da nossa secular desigualdade social. Mais uma vez Celso Furtado credita proeminência às políticas de cunho qualitativo para nossa política econômica

Que se pode dizer, do ponto de vista da análise econômica, com respeito às chamadas reformas de base? Trata-se, evidentemente, de reivindicações ou recomendações que traduzem uma tomada de consciência de problemas estruturais, portanto de natureza essencialmente qualitativa (FURTADO, 1962, p. 39).

O desenvolvimento, portanto, só seria uma realidade se efetuadas em conjunto de reformas – constituídas à luz de um olhar histórico e abrangente sobre a economia e a sociedade brasileira – que dizimassem os gargalos que impediam a realização de um plano econômico com vistas a consolidação da Nação e, de fato, concretizar um processo de libertação das amarras do subdesenvolvimento.

4. A construção interrompida e os novos desafios a superação do subdesenvolvimento

Celso Furtado, em que pese crítico do modelo de industrialização que logrou a diversificação da estrutura produtiva nacional agravando a concentração da renda e os desequilíbrios regionais, ainda visualizava, mediante a consecução das reformas estruturais, chances de reverter os rumos do crescimento econômico nacional e abrir caminhos para o pleno desenvolvimento, superando a dependência e o subdesenvolvimento. Para ele “interromper o processo de crescimento não contribuiria senão para agravar os problemas sociais” (FURTADO, 1992, p. 12).

As transformações operadas no bojo da fase da industrialização pesada nos pós Segunda Guerra Mundial - com a transferência das filiais das grandes multinacionais ao território brasileiro - foram edificadas transferindo o controle do centro de decisão para fora das fronteiras do território nacional. Durante o período da ditadura militar, o avanço na industrialização pesada ocorreu *pari passu* com o aprofundamento da dependência e da desnacionalização da economia brasileira. Para o autor “a grande empresa, ao organizar um sistema produtivo que se estende do centro à periferia, consegue (...) incorporar à economia do centro os recursos de mão de obra barata da periferia” (FURTADO, 1974, p.50). Além disso, o fato da propriedade dos ativos estarem sob mãos de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, forjava um sistema de decisão localizado fora de onde as decisões eram, efetivamente, executadas. Para ele, se estruturava, “portanto, um duplo problema, o da desnacionalização do capital que se acumula e de desarticulação do sistema de decisões”. (FURTADO, 1992, p. 13). Esses elementos já eram visualizados por Celso Furtado como condições que ensejavam preocupação com relação a perda de controle nacional sobre o processo de desenvolvimento e industrialização



brasileira, agravando o elemento da dependência e abrindo um cenário de maiores dificuldades a realização de um projeto de desenvolvimento em bases plenamente nacionais

No entanto, essas condições foram agravadas com as novas configurações no cenário produtivo a partir da reorientação dos paradigmas econômicos dos anos 1980 - exportação dos centros decisórios e a desnacionalização mais célere do sistema produtivo - acrescido das consequências oriundas do modelo de desenvolvimento dos regimes militares que alçou novos contornos às nossas feições de país subdesenvolvido, como a brutal concentração de renda e a herança do agravamento da dependência via endividamento externo. Esses novos ares na aurora da década de 1980 foram importantes elementos de desestruturação do sonho furtadiano de constituição de uma economia autenticamente nacional.

Furtado (1992; 1998; 1999) avalia cuidadosamente as transformações em curso no “capitalismo global”. O fim do Acordo de Bretton Woods que era um importante pilar de “domesticação” das forças capitalistas e imperialistas; a subida abrupta da taxa de juros americana em 1979 e a posterior sobrevalorização do dólar; a ascensão de governos neoliberais nos principais países de capitalismo central e a inauguração de um novo ciclo de globalização unilateral concorrem como fenômenos importantes fatores para explicar os novos – e mais prementes – limites à superação do subdesenvolvimento e a consecução plano de desenvolvimento nacional. Assim, a partir da crise da dívida, da retomada da hegemonia estadunidense, com a diplomacia das armas e do dólar, (TAVARES & MELIN, 1997) as margens de manobra que possibilitaram a industrialização latino-americana e um conjunto de políticas econômicas com maior espaço para a soberania nacional se estreitaram.

Furtado identificou que o Brasil que “*estava em construção*”, após os acontecimentos dos anos 1980, passou para a etapa de “*construção interrompida*”, pela forma com que o capitalismo reorganizou-se internacionalmente, pelo caminho que seguimos que nos colocou em uma posição passiva na globalização e como optamos internamente pelo receituário do neoliberalismo. Segundo ele, nessas circunstâncias de aprofundamento da dependência e do neoliberalismo somado ao novo cenário de reorganização unipolar do capitalismo mundial, “o papel dos líderes atuais seria o de liquidatários do projeto de desenvolvimento que cimentou a unidade do país e nos abriu uma grande opção histórica” (FURTADO, 1992, p. 9).

Furtado (1998) vai compreender essa fase como o despontar de uma nova hegemonia no capitalismo - a hegemonia dos mercados financeiros - e vai denunciar que com “avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilita os sistemas econômicos nacionais” (FURTADO, 1998, p. 38). Ainda sobre o despontamento de uma nova hegemonia do setor financeiro, apontando para o limiar de um processo global de financeirização, Furtado afirma



que “já ninguém ignora a fantástica concentração de poder que hoje manifesta-se nos chamamos mercados financeiros” (1998, p. 7). Para ele, o processo de globalização – que exacerba a dominância do sistema financeiro - restringe ainda mais a governabilidade dos sistemas políticos nacionais, corroborando a hipótese de que a superação do subdesenvolvimento já não depende, somente, de políticas radicais do ponto de visto interno de cada país, senão que repensar os constrangimentos mais brutais do novo modelo de capitalismo global. Furtado partia da aceção que a liberalização dos fluxos comerciais e emergência da dominância financeira levava a uma situação em que “o sistema produtivo podia ainda ser mantido sob certos controles, mas não o sistema financeiro e monetário internacional” (FURTADO, 1999, p. 88).

Para Furtado, o arranjo da correlação de forças do capitalismo mundial que ensejou nossa possibilidade de industrialização mudou profundamente no início dos anos 1980. Os elementos já explicitados acima são os principais acontecimentos do ponto de vista internacional que serviram de cenário para profundas mudanças endógenas na economia brasileira. Celso Furtado advogava que o dinamismo da economia brasileira pré 1980, contou de forma latente com o comportamento da economia internacional. O fato de a concorrência intercapitalista ter se acirrado no pós guerra, especialmente com a relativa perda de hegemonia produtiva americana para as empresas alemãs e japonesas, nos logrou a possibilidade de internalizar setores importantes da II Revolução Industrial mediante o processo de exportação de capitais dos países centrais (FURTADO, 1992). Além disso, o mundo bipolar da Guerra Fria também jogou peso para a remodelagem do sistema capitalista global, em que os EUA exerciam sua hegemonia em um ambiente de concorrência com as experiências socialistas (FURTADO, 2002).

Segundo o autor (1992) o dinamismo industrialista brasileiro do passado contou com dois elementos principais: a) Do ponto de vista interna, uma coalizão política que, ainda que principalmente motivada por fatores externos, abraçou um projeto de industrialização nacional e; b) Do ponto de vista externa, o comportamento da economia internacional, que nos permitiu aproveitar brechas nas disputas intercapitalistas centrais para levar adiante uma política de maior liberdade aos objetivos nacionais. No entanto, segundo o autor, a partir dos anos 1980 “o comportamento [da economia internacional] sofreu profunda modificação com a transnacionalização das empresas e a orientação do progresso tecnológico” (FURTADO, 1992, p. 13). Celso Furtado, nesse cenário já advertia a sociedade brasileira e as autoridades nacionais que se o nosso objetivo como nação era conciliar a taxa de crescimento elevada com a absorção do desempregados e desconstrução da renda “temos de reconhecer que a orientação dos investimentos não pode se subordinar a racionalidade das empresas transnacionais” (FURTADO, 2002, p. 40).



Furtado captou corretamente os elementos que caracterizavam a crise no início da década de 1980/90, a saber: estagnação econômica, alto endividamento externo, drenagem de recursos ao exterior, e proeminência das finanças. Para o autor, essas transformações não eram apenas elementos conjunturais, senão que apresentavam a nova rota que teria o capitalismo global.

Assim, há um decênio já se fizeram perfeitamente claro que vivemos não exatamente uma crise, no conceito que lhe emprestam os economistas, mas uma completa transição estrutural, com reacomodações nas relações entre os centros de poder, tanto de natureza econômica como política (FURTADO, 1992, p. 16)

Celso Furtado identificou que, nesse cenário, fechavam-se as brechas sistêmicas que possibilitariam a continuidade do nosso crescimento e a edificação de um autêntico projeto nacional de desenvolvimento. “A ninguém escapa que o espaço em que atuamos para prosseguir na construção do Brasil reduz-se a olhos vistos, ao mesmo tempo que cresce a importância da variável política” (FURTADO, 1999, p. 9). O principal ponto, para ele, era que a nova ordem - pautada no neoliberalismo - ceifava a capacidade dos Estados Nacionais de seguirem sendo atores de coordenação, encaminhando as economias periféricas para a submissão total ao poder transnacional. (FURTADO, 1992). Nesse ínterim, para Furtado, “hoje passou a dominar a ideia de que o Estado é um trambolho” (FURTADO, 1999, p. 89)

A globalização produtiva e a ampla abertura comercial e financeira se constituíram como ameaças a consecução de objetivos nacionais, com forte impacto na propensão marginal a importar e na preservação do nível de emprego. Esse novo consenso político e econômico engendrado pelo neoliberalismo levou para mais longe as chances de superar o subdesenvolvimento mediante a construção de uma política nacional. Nas palavras de Furtado “a atrofia dos mecanismos de comando não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisão” (FURTADO, 1992, p. 25). Para ele estava claro que “o processo de globalização torna inevitável o avanço da concentração do poder em mãos de poucos” (FURTADO, 2002, p. 9).

Para o autor, o Estado nacional é um instrumento privilegiado para enfrentar problemas estruturais e, cada vez mais, é preciso indagar como será possível compatibilizá-lo com o processo de globalização. “Pouca dúvida pode haver de que a globalização dos fluxos monetários e financeiros deve ser objeto de rigorosos constrangimentos, o que exige a preservação e o aperfeiçoamento das instituições estatais” (1999, p. 37). No entanto, para que o neoliberalismo e a nova rodada de globalização pudessem cumprir o seu designo, o esvaziamento do Estado e a transferência do poder político para os organismos multilaterais era uma necessidade premente. Nas palavras do autor “países como o Brasil, que tinham um governo bastante eficaz e eram conhecidos por seu Estado que tradicionalmente definia os interesses próprios, hoje em dia não podem ter política. O que fazer?”



(FURTADO, 1999, 89). Ou seja, para Furtado estava em processo um esvaziamento das funções estatais sobre a supremacia dos mercados, nesse sentido a dúvida “do que fazer?” exigia novas soluções que iam muito além das identificadas pelo autor e pela CEPAL nos primórdios da sua produção teórica.

Para o autor, a liberalização unilateral de fluxos comerciais teve ao seu favor sólidos argumentos de “racionalidade” econômica que acobertavam que a globalização favorecia, apenas, “aquelas nações que controlavam os principais circuitos comerciais e financeiros e que ocupavam posições de vanguarda nos setores industriais mais atuantes” (FURTADO, 1992, p. 27). Com a transnacionalização e a ampla liberdade nos fluxos de capitais,

As decisões sobre o que importar e o que produzir localmente, onde completar o processo produtivo, a que mercados internos e externos se dirigir são tomadas no âmbito da empresa, que tem sua própria balança de pagamento externo e se financia onde melhor lhe convém (...) A alternativa consiste em apoiar-se, de preferência, no mercado internacional, o que significa depender da dinâmica das empresas transnacionais. (FURTADO, 1992, p. 32).

A nova racionalidade passou a condenar, veementemente, o protecionismo dos países subdesenvolvidos, dando origem “a uma situação nova em que a própria ideia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo” (FURTADO, 1992, p. 29). Ainda segundo o autor, “o protecionismo dos países latino americanos era tolerado apenas enquanto os países desenvolvidos eram convocados para integrar progressivamente seus mercados” (FURTADO, 1992, p. 27). Nessas circunstâncias, até mesmo a ideia de política econômica ficava vazia de significado, para o autor estávamos retornando aos preceitos da economia de livre mercado, tal como concebeu Adam Smith (FURTADO, 1992).

Por fim, Furtado é categórico ao afirmar que

Em um país em formação como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas produzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional. (FURTADO, 1992, p. 35)

Furtado (1998), desta feita, foi um crítico contundente da forma como se processou o processo de globalização e de abertura dos mercados. Para ele “a transição para a globalização faz-se a um preço considerável. É natural, portanto, que se indague como justificar esse sacrifício e a quem ele beneficia” (FURTADO, 1999, p. 20). A doutrina corrente daquele período, afirmou Furtado, apresentava a globalização como um imperativo tecnológico, portanto, inescapável às economias subdesenvolvidas que aspiravam modernizar-se e desenvolver-se. Para Furtado “a globalização opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis do desenvolvimento entre os países. Isso nos leva a concluir



que países com grande potencial (...) no caso do Brasil, são os que mais sofrerão com a globalização (FURTADO, 2002, p. 42).

Para o autor, a forma como o Brasil aceitou o receituário do FMI de ajuste exportador para pagamento de dívida externa – praticamente triplicada com a subida da taxa de juros americana em 1979 – logrou uma forte descontinuidade tecnológica no processo industrial. Segundo Furtado “o maior problema do Brasil no momento é a recessão, que decorre em grande parte de termos de financiar o serviço de uma dívida externa considerável, mandando para o exterior recursos que deveriam ser investidos no país (FURTADO, 2002, p. 23). O fechamento da economia para realização de superávits comerciais para pagamento da dívida nos impediu de internalizar a tecnologia e o maquinário da III Revolução Industrial, encerrando – precocemente - nosso processo de industrialização. Para Furtado, “o processo de globalização interrompeu esse avanço na conquista da autonomia para a tomada de decisões estratégicas” (FURTADO, 1999, p. 42)

O modelo de substituição de importações estava deveras longe de haver se esgotado como um processo apoiado no mercado interno, de seguir sendo um motor de crescimento. Esse processo de retorno a uma economia no qual o centro dinâmico está no mercado externo, como fruto da brutal descentralização da produção global aliada a políticas de abertura unilaterais da periferia, fará com que

“Os países que já avançaram no processo industrialização, principalmente voltado para o mercado interno - o Brasil é um exemplo conspícuo – serão confrontados com um dilema: optar pela linha mais fácil de renunciar a um projeto próprio, ou lutar para abrir caminho no sentido de privilegiar o desenvolvimento do mercado interno” (FURTADO, 1999, p. 25).

Furtado afirmou, em toda a sua produção bibliográfica, a relevância do mercado interno, ainda mais nas condições de Brasil continental que nós somos herdeiros, para o processo autônomo de desenvolvimento nacional. A substituição célere do mercado interno como eixo dinâmico da acumulação pelo aprofundamento da subordinação ao mercado internacional levou Furtado a proferir que “quando digo que o mercado interno foi a força dinâmica que permitiu ao Brasil crescer, há quem retruque que isso é coisa de dinossauro: para que mercado interno quando as empresas transnacionais aqui instaladas se encarregariam de nos levar a todos os mercados?” (FURTADO, 1999, p. 99). Para Furtado a economia brasileira dificilmente poderia recuperar seu dinamismo apoiando-se, basicamente, nas relações externas, nesse sentido “cabe indagar se não terá sido um erro abandonar a estratégica de construção do mercado interno como motor do crescimento”. (FURTADO, 1998, p. 43).

Por fim, Celso Furtado vai edificar uma dura crítica ao processo de controle da inflação brasileira, que se operou de forma a interromper o crescimento econômico brasileiro e nos subjugar a uma posição ainda mais vulnerável e dependente do exterior, estreitando – portanto – as possibilidades de consecução



de um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento, sedimentado no mercado interno como motor do crescimento. O autor foi categórico ao se referir que, nos anos 1990, “trocou-se a inflação por estabilidade, sobretudo, trocou-se a inflação por endividamento externo” (FURTADO, 2002, p. 24). Dessa feita, Furtado viu vencer a teoria monetarista em contraposição a sua análise sistêmica de que o problema da inflação crônica brasileira era reflexo das tensões estruturais geradas no balanço de pagamento e nos conflitos distributivos, o que ele relega a um problema político, de fundo. Furtado apregoava que

“A diferença entre os dois enfoques está em que a visão monetarista conduz a uma política deflacionista e recessiva que favorece certos setores sociais em detrimento da massa de assalariados. Ao passo que o enfoque estruturalista permite identificar os focos originais de tensão crescente e põe em evidência os beneficiários do surto inflacionista” (FURTADO, 2002, p. 28 e 29).

Celso Furtado, assim, proferiu críticas profundas a forma de condução das políticas de estabilização de preços na economia brasileira na década de 1990. Denunciou o diagnóstico equivocado da natureza da inflação brasileira, que ao seguir a visão monetarista do FMI não analisou com profundidade as características da luta nos marcos da disputa do ponto de vista distributivo. Além da caracterização errônea, as políticas de estabilização reafirmaram nossa dependência e vulnerabilidade externas, deixando a economia brasileira mais sensíveis aos fluxos internacionais de capitais. Para Furtado, “a vitória esmagadora das ideias do FMI levou à situação que presenciamos sem corar, que é o planejamento de uma recessão de elevado custo social para curar-se de uma inflação, agravando a concentração da renda” (FURTADO, 1999, p. 41).

Frente a todos esses novos e mais veementes constrangimentos à superação do subdesenvolvimento e a consecução de um projeto nacional de desenvolvimento, Furtado radicaliza a sua percepção de que a batalha pela transformação estrutural brasileira é muito menos de natureza quantitativa e mais de natureza qualitativa, assentada em um profundo envolvimento das massas populares. “Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões” (FURTADO 2002, p. 36). Por fim, Celso Furtado aponta caminhos de maior radicalidade no que tange a exacerbação da variável da política na sua pela transformação da estrutura econômica, e vai selando uma melhor compreensão de que o desenvolvimento é um fenômeno em que os fins da acumulação devem se submeter aos objetivos do bem-estar, e não opostos. Nas suas palavras “impõem-se formular a política de desenvolvimento com base numa explicitação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais” (FURTADO 2002, p. 36).



Nessa toada, Furtado que, não só sonhou com a consolidação de uma economia nacional autônoma, mas também formulou como poderíamos concretizá-la, viu no dar-se-á do processo histórico seus anseios se esfacelarem. A história não é determinada, e está em constante devir, nesse caso, o legado de Celso Furtado, ainda, nos é uma referência.

Considerações finais

Celso Furtado foi um grande pensador da realidade brasileira, contribuindo para a elaboração e sistematização de contribuições elementares para se pensar não só o processo de desenvolvimento dos países da América Latina, mas para a compreensão do desenvolvimento capitalista a nível mundial. Sua contribuição é elementar para as economias Latino Americanas, uma vez que se pretende interpretar essa região a partir das suas especificidades e, não, com esquemas analíticos herméticos, que tinham os países desenvolvidos como referência.

Ao tratar do processo de desenvolvimento das nações, estrutura uma importante contribuição teórica, que joga luz à interpretação subdesenvolvimento não como uma etapa, mas como uma condição “relacional” com o subdesenvolvimento. Desse modo, a relação entre os países na esfera do comércio internacional, forja especificidades que condicionam determinadas economias à condição de subdesenvolvimento.

Para Celso Furtado a industrialização era condição *sine qua non* para romper com as amarras de subdesenvolvimento, entretanto, para cumprir com seu designo, as transformações na estrutura produtiva teriam que caminhar concomitantemente as reformas de bases, capazes de corrigir os desequilíbrios regionais, de alocação de recursos, com redução da heterogeneidade estrutural e fortalecimento do mercado de consumo de massas. Contudo, a experiência realizada aqui no Brasil, dotou o Brasil de crescimento econômico e de diversificação industrial ao mesmo tempo que em reproduziu as características que nos conformam como periferia, mantendo e reproduzindo uma economia “dual e heterogênea”.

O Brasil “em construção” ainda que a passos tortos foi cedendo espaço para um país marcado por uma “construção interrompida”, como consequência de profundas transformação do ponto de vista da organização do capitalismo internacional – especialmente com a hegemonia dos mercados financeiros e a célere globalização – mas, também, como consequência das opções domésticas que circunscreveram nossa opção tardia pelo neoliberalismo e a negligência do mercado interno como forma de integração subordinada ao mercado mundial, cada vez mais concentrado e sob o comando das empresas transnacionais.

Dessa forma, a superação do subdesenvolvimento ganha ao mesmo tempo uma análise mais pessimista e mais radical. Furtado vai centrar esforços na fase final da sua produção bibliográfica a reafirmar a dimensão da variável política e da



participação popular, abrangendo seu entendimento sobre o conceito de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico mundial percorreu caminhos que sedimentaram as “possibilidades” vislumbradas por Furtado para a implementação de um projeto nacional. Se sua última fase de produção de bibliográfica começa com a “construção interrompida” ela vai findar com “o longo amanhecer”, que avalia que mesmo que estreitadas as margens de consecução de um autêntico projeto nacional de desenvolvimento, ele ainda permanece no horizonte daqueles que creem na possibilidade do Brasil se firmar como nação, ainda que – para isso – os caminhos sejam mais tortuosos.

Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **1930-1964. O pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea.** São Paulo: Paz e Terra, 2ª Edição, 2002.

_____. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1999.

_____. **O capitalismo Global.** São Paulo: Paz e Terra, 7ª edição, 1998.

_____. **Brasil a construção interrompida.** São Paulo: Paz e Terra, 2.ed. 1992.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **A fantasia organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra Testemunhos, 1985b.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** São Paulo, SP: Comp. Ed. Nacional, 1980.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

_____. **Um Projeto para o Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Saga S.A, 2ª Edição, 1968.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Companhia Editorial Nacional. Biblioteca Universitária. Série 2.ª, Ciências Sociais, v. 24. 1967.



_____. **A Pre-Revolução Brasileira.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 2. Ed. 1962.

_____. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, [2007]. 1959.

PRADO JR, C. **HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro.** São Paulo: Editora brasiliense, 1978.

PREBISCH, R. Estudo econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Record, vol. 1, 2000.

TAVARES, M. C.; MELIN, L. E. **A reafirmação da hegemonia norte-americana.** In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro* : uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.